

## a questão da mobilidade parte da agenda nacional

transformado, no inverso disso, ou seja, em um facilitador da inclusão social.

No ver do prefeito, estrategicamente, é preciso um esforço para que a questão da exclusão social no transporte não saia de pauta na imprensa. “Não se pode permitir que este assunto deixe a mídia. Na hora em que os principais veículos de comunicação entram em uma questão com essa, há interesse maior da sociedade”, disse, sublinhando que o drama daqueles que não têm acesso ao transporte público ganhou maior expressão com matérias publicadas pelos maiores jornais do País.

Imbassahy assinalou que, com o MDT e a Frente Parlamentar do Transporte Público, “pela primeira vez chegou-se de maneira mobilizada, organizada e com reivindicações à Presidência da República”, numa referência ao dia 25 de setembro de 2003, data da entrega do Manifesto e do Documento Base do MDT e de um documento da Frente Nacional de Prefeitos ao vice-presidente no exercício da presidência, José Alencar.

Ele relatou que, depois daquela data, foi convidado pela Casa Civil a tomar parte no Comitê Federativo quanto ao tema do transporte público, tendo ouvido do ministro-chefe daquele órgão, José Dirceu, que o governo não tem nenhuma dúvida de que as tarifas devam ser desoneradas e subsidiadas, assinalando que, para tanto, será preciso encontrar a fórmula adequada.

## Vitória propõe cidades cidadania e inclusão social

substituição de uma política de mobilidade que privilegia a utilização indiscriminada do automóvel por uma outra, na qual a mobilidade esteja conjugada com a cidadania e com a democratização dos recursos públicos, por meio do uso dos modos coletivos e não motorizados de transporte.

O texto define: “o objetivo é a mobilidade sustentável, capaz de obter sua reprodução econômica, sem apartar e sem transformar em vítimas milhões de pessoas”.

A íntegra da carta pode ser lida na página da ANTP na Internet, no endereço [www.antp.org.br](http://www.antp.org.br).

107 NOVEMBRO 2003

## Ministério das Cidades examina medidas 'com sensibilidade e responsabilidade'

“O governo está examinando, ‘com sensibilidade e responsabilidade’, uma série de medidas propostas pelos usuários, permissionários, gestores e operadores públicos, cuja adoção pelo governo federal poderá contribuir para o barateamento das tarifas” afirmou o ministro Olívio Dutra, das Cidades, na sessão de instalação do 14º Congresso.

No entender do ministro, é preciso garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência, necessitadas de atendimento especial e às pessoas idosas. E garantir a mobilidade aos milhões de usuários que precisam ter o seu direito de ir e vir no espaço urbano devidamente assegurado.

Ele enfatizou a urgência de soluções: “Todos que acumulamos algum tipo de experiência na administração pública no setor de transporte urbano sabemos do caráter cíclico de suas crises. Então, está na hora de não apenas encerrar o ciclo atual. É hora de construirmos políticas capazes de evitar a continuidade desses avanços e recuos, que tornam instável a situação das empresas e abatem a confiança da população nos serviços”.

**Fim da omissão.** Olívio Dutra fez referência à instituição, na semana anterior ao 14º Congresso, de uma linha de financiamento a ser operada pela Caixa Econômica Federal, que coloca à disposição das prefeituras e de operadores de transporte, até 2010, recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) da

ordem de R\$2.650.000,00. Segundo o ministro, trata-se de uma iniciativa do governo federal em parceria com o Conselho Curador do FGTS, que coloca “um ponto final na longa e perversa omissão que o afastava a União do transporte rodoviário urbano de passageiros, praticada sob o pretexto de respeitar a competência que a Constituição atribui aos Municípios para organizar e prestar o serviço de transporte coletivo”. Ele anunciou também tratativas com o Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo BNDES, para utilização de recursos desse fundo com os mesmos objetivos.

**Consciência.** No encerramento do 14º Congresso, o secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, José Carlos Xavier, reafirmou que o governo federal tem planos para atuar nessa questão da mobilidade, em parceria com as demais instâncias de governo. “Temos consciência das competências e do respeito ao pacto federativo. Não podemos deixar de ver que o governo federal se ausentou – no meu modo de ver, irresponsavelmente – da questão do transporte público urbano por 15 anos. E nós estamos tratando de reconstruir a inserção do governo federal no transporte público”.

O diretor do Denatran, Ailton Brasiense Pires, foi a Vitória e participou de duas sessões do 14º Congresso, uma das quais discutindo o papel do órgão que dirige frente à política nacional de trânsito, e em outro momento quando do debate sobre o Movimento Nacional pela Paz no Trânsito.

## As expectativas da Frente Parlamentar

O coordenador da Frente Parlamentar do Transporte Público, deputado Jackson Barreto, rejeita a idéia de que os recursos da Cide/Combustíveis devam ser empregados para baratear tarifa, afirmando que devem ser alocados para obras estruturantes. “Quanto ao barateamento, a proposta mais viável neste momento é a do preço diferenciado do óleo diesel. Queremos o óleo diesel 50% mais barato para o transporte. E nesta questão o governo federal tem condições de atuar de forma breve, porque se trata da Petrobrás, que é uma empresa do governo”.

Outra medida é a aprovação de projeto do próprio deputado, definindo que todas as pessoas cadastradas nos diversos programas sociais do governo tenham direito a uma espécie de vale-transporte social. A coordenação seria do próprio governo federal, que indicaria quantos bilhetes por unidade familiar e o tempo de duração do benefício. “No projeto, apresentei as fontes de custeio

desse vale-transporte: recursos orçamentários do Ministério da Ação Social e do Ministério da Segurança Alimentar”.

Barreto defendeu a redução dos custos da energia elétrica para metrô e trens urbanos, com extinção da tarifa horosazonal, tributação diferenciada do setor e isenção de ICM para aquisição de ônibus – esta uma medida que diz respeito aos governos estaduais, passando pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), organismo que tem também participação do governo federal.

**Gratuidades.** Sobre as gratuidades, defendeu a criação de um fundo de custeio, dividindo o custo do benefício entre a sociedade e o Estado, incluindo as três esferas de administração. E propôs que certas gratuidades sejam simplesmente extintas: “o governo federal deve chamar os Correios e mandar que dê o vale-transporte a seus trabalhadores. Trata-se de uma empresa rentável, com condições de garantir tal benefício a seus trabalhadores”.